

A construção dos sujeitos brasileiros na enunciação presidencial de Getúlio Vargas: uma análise semântica de seus discursos de posse de 1930 e 1951

BRANDÃO, RENATA
renata.o.brandao@gmail.
com

PALAVRAS-CHAVE:
semântica;
enunciações presidenciais;
Era Vargas;
sujeitos brasileiros.

KEY-WORDS:
semantics;
presidential enunciations;
Vargas government;
Brazilian subjects.

Mestrado em Linguística

Instituto de Estudos da Linguagem/Universidade Estadual de Campinas (IEL/UNICAMP)

RESUMO: Este artigo apresenta uma análise semântica da enunciação de Getúlio Vargas ao tomar a palavra enquanto locutor-presidente em dois de seus discursos de posse (1930 e 1951). O intuito é analisar o conjunto de palavras que nomeiam e designam os sujeitos brasileiros na sua relação com o Estado, observando, deste modo, como Vargas, em sua atividade de fala enquanto governante, afirma, faz pertencer e produz sentidos para os sujeitos brasileiros, dirigindo-se a eles ou mencionando-os em sua enunciação. Esta análise nos levará a compreender os modos de identificação do sujeito brasileiro pelo Estado e de construção da relação entre governante e governados, a partir da enunciação presidencial de Getúlio Vargas. O estudo está ancorado na Semântica do Acontecimento, tal como proposta por Eduardo Guimarães (2002), cuja filiação é materialista. Nessa perspectiva, não se parte de um sentido fixo a priori para as palavras, mas se busca na materialidade enunciativo-discursiva compreender suas especificidades nos direcionamentos semânticos e em sua inscrição em posições ideológicas presentes na sociedade.

ABSTRACT: This article presents a semantic analysis of the president Getúlio Vargas' enunciation, more precisely of two of his inaugural speeches (1930 and 1951). The aim is to analyse the group of words that nominate and designate the Brazilian subjects regarding their relation to the State, this way observing how Vargas, in his presidential speeches, affirms, creates sense of belonging and yields meaning for the Brazilian subjects when addressing them or mentioning them in his enunciation. The analysis of Getúlio Vargas' presidential enunciation will allow us to comprehend the ways of Brazilian citizens are identified by the State as well as the ways of establishing the relation between the Government and the Nation. This study is based on the Semantics of the Event, affiliated to the materialism, as proposed by Eduardo Guimarães (2002). From this perspective, there is not a prior fixed meaning for the words; on the contrary, we seek to understand the word's specificities on the enunciative-discursive materiality, regarding its semantic directions and the ideological positions in the society.

1. INTRODUÇÃO: OBJETIVOS E CORPUS DE ANÁLISE

1. Trabalho sob a orientação da Professora Dra. Sheila Elias de Oliveira (DL/IEL/UNICAMP).

2. Fonte do *corpus*: BIBLIOTECA da Presidência da República: banco de dados. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas>>. Acesso em 13 mai. 2014.

O presente artigo é parte do meu trabalho de dissertação¹ e tem por objetivo analisar a enunciação presidencial de Getúlio Vargas, mais especificamente dois de seus discursos de posse: o de 1930, em que assume como chefe do Governo Provisório da República e o de 1951, ao assumir o cargo de presidente por meio do voto popular². Deste modo, propomo-nos, neste artigo, a fazer uma análise do acontecimento enunciativo da tomada da palavra de Getúlio Vargas, em sua atividade de fala enquanto governante dirigindo-se à nação. Interessa-nos, portanto, por um lado, observar o modo pelo qual Vargas, ao tomar a palavra como presidente da República, se afirma como locutor e legitima seu dizer. Por outro lado, nosso intuito é também compreender como ele afirma, faz pertencer e produz sentidos para os sujeitos brasileiros, dirigindo-se a eles ou mencionando-os em sua enunciação.

Ao analisar, na enunciação de Getúlio Vargas enquanto locutor-presidente, o conjunto de palavras que, pelos procedimentos semânticos de nomeação e designação, vão construindo os sujeitos brasileiros na sua relação com o Estado, interessa-nos compreender como essas palavras significam os sujeitos na sua relação com a própria construção da república brasileira, entendendo que a república se constrói também pelo efeito material das palavras que a compõem e pelo modo como elas se estabilizam por meio da enunciação.

O modo como os nomes significam se inscreve no processo histórico de construção do referente, processo este determinado por relações sociais. Nesse sentido, é papel do linguista ler o acontecimento, uma vez que é a linguagem “que nos permite significar o vivido, dotar de sentidos a espacialidade e a temporalidade, (...) conferindo-lhes possibilidades de múltiplas leituras” (Zandwais, 2012, p.49).

O intuito deste trabalho é, portanto, analisar, na enunciação de Getúlio Vargas, mais especificamente nos dois pronunciamentos selecionados, os modos de construção dos sujeitos

brasileiros pelo funcionamento semântico da nomeação, isto é, pelos nomes que recebem a coletividade e os agentes sociais amigos e inimigos do governo, bem como pela designação destes nomes, isto é, de sua significação, “enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história” (Guimarães, 2002, p.9). Isto nos levará a compreender os modos de identificação do sujeito brasileiro pelo Estado e de construção da relação entre governante e governados, a partir da enunciação presidencial de Vargas.

2. A SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO COMO ANCORAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

Este trabalho está ancorado na Semântica do Acontecimento, tal como desenvolvida por Guimarães (2002). Inscrita em uma posição materialista sobre a linguagem, esta teoria não toma a linguagem como transparente, pois entende que as relações estabelecidas com o real, o que está para ser significado pela linguagem, são sempre históricas. Trata-se de uma semântica que “considera que a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer” (Guimarães, 2002, p.7). O acontecimento constitui sua própria temporalidade. Entende-se, a partir disso, que uma palavra, enquanto forma da língua, significa na relação entre a história de enunciações passadas e o presente do acontecimento, produzindo uma latência de futuro. O acontecimento produz a cada vez uma nova temporalidade:

um presente que abre em si uma latência de futuro (uma futuridade), sem a qual nada é significado, pois sem ela (a latência de futuro) nada há aí de projeção, de interpretável. O acontecimento tem como seu um depois incontornável, e próprio do dizer. Todo acontecimento de linguagem significa porque projeta em si mesmo um futuro. Por outro lado este presente e futuro próprios do acontecimento funcionam por um passado que os faz significar. (Guimarães, 2002, p.12).

É neste jogo entre presente, passado e futuro que se configura a designação de uma palavra no acontecimento enunciativo. Para Guimarães (2002), a *designação* é entendida como a

significação de um nome, enquanto uma relação linguística tomada na história. Segundo o semanticista, “(...) a linguagem significa o mundo de tal modo que *identifica* os seres em virtude de significá-los” (Guimarães, 2002, p.10, grifo do autor). A operação de referência produz uma identificação do objeto de discurso no real das coisas e/ou das ideias, pela relação entre a palavra e as determinações que recebe no enunciado em que se inscreve, como parte de um texto. Entendemos, deste modo, que a identificação está associada à própria construção dos objetos de dizer. Os modos de nomear são, nesse sentido, elementos da própria designação deste nome e o determinam. Segundo o semanticista, “o objeto designado é assim uma construção da textualidade sobre a palavra” (Guimarães, 2002, p.82).

O conceito de designação coloca, portanto, a materialidade da enunciação e do discurso no primeiro plano, o que para nós é fundamental tanto para a concepção quanto para o desenvolvimento deste trabalho, uma vez que não tomamos aqui o referente como algo pronto; ao contrário, entendemos que a construção do referente, do objeto de dizer, em nosso caso, dos sujeitos brasileiros, se dá pela própria designação. Isso não significa dizer que não há real fora da linguagem, mas sim que nossa apreensão do real se dá pelo simbólico, e, portanto, na dispersão contraditória dos jogos de forças do sentido.

O fato de voltarmos nosso olhar para o modo de construção do referente, partindo da designação, vai ao encontro do conceito de *formação nominal* (FN), desenvolvido por Dias (2016), cuja perspectiva teórico-analítica é a mesma que assumimos neste artigo, isto é, de uma semântica da enunciação. Dias aborda o conceito de FN como a contraparte enunciativa do sintagma nominal. Desse modo, “se o conceito de sintagma nominal se assenta num segmento da sentença que tem um nome como núcleo, passível de uma abordagem descritiva, o conceito de formação nominal se assenta nas razões enunciativas da conformação de um nome como designador” (Dias, 2016, p.40) cujo estatuto é, de tal maneira, explicativo, em virtude mesmo da visão vertical que se tem das construções nominais - ao contrário da visão horizontal e sequencial que se tem do conceito de sintagma nominal. O semanticista acrescenta ainda que

a forma dos nomes (constituída pela condensação de enunciados extensivos que ele arremonta, bem como pelas determinações contraídas nas determinações que sofre à direita e esquerda nas construções nominais) nos permite conhecer parte da relação entre enunciado e enunciação (Dias, 2016, p.40).

É preciso, então, observar as operações de textualidade em torno da palavra, e as cenas enunciativas configuradas a partir destas operações. Uma *cena enunciativa* “se caracteriza por constituir modos específicos de acesso à palavra dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas” (Guimarães, 2002, p.23). Desse modo, é a cena enunciativa que distribui os lugares de enunciação no acontecimento, configurando assim o agenciamento das figuras da enunciação. As figuras da enunciação são o Locutor (L), o locutor-x (l-x) e os enunciadores (Es).

A cena enunciativa se constitui pelo agenciamento do falante em Locutor (L) que, ao instaurar uma alocação com seu correlato necessário, o Alocutário (AL), assume a palavra. Deste modo, o Locutor (L) é aquele que é responsabilizado pelo dizer, aquele ao qual se atribui uma “assinatura” pelo dizer. Segundo Guimarães (2002, p.24), “para se estar no lugar de L é necessário estar afetado pelos lugares sociais autorizados a falar”, ou seja, é necessário estar predicado por um lugar social. A este lugar social do locutor Guimarães chama de *locutor-x*, “onde o locutor (com minúscula) sempre vem predicado por um lugar social que a variável x representa (presidente, governador, etc)” (Guimarães, 2002, p.24). Os enunciadores são *lugares de dizer* que se apresentam como representações - independentes ou fora da história - “da inexistência dos lugares sociais de locutor” (Guimarães, 2002, p.26), colocando, no dizer do Locutor, outras vozes. Os enunciadores projetam no dizer destinatários, a quem sua enunciação se dirige. Guimarães (2002) apresenta quatro tipos de enunciadores:

1) o *enunciador-individual*, que se apresenta como independente da história, produzindo assim um efeito de origem;

2) o *enunciador-genérico*, em que há simulação da origem de um dizer que é dito por um todos diluído, independente da história, apresentando-se assim como o apagamento do lugar social;

3) o *enunciador-coletivo*, que traz, em perspectiva, um dizer que é compartilhado por um grupo, caracterizando-se assim como o lugar de dizer em que a voz do grupo é uma única voz;

4) o *enunciador-universal*, que se apresenta como quem diz algo verdadeiro diante dos fatos, ocupando um lugar de universalidade em que se fala sobre o mundo, um lugar do dizer que está acima da história.

Uma vez que temos por objeto de estudo, neste trabalho, os pronunciamentos do governante Getúlio Vargas, é fundamental e decisivo considerar um traço específico do discurso político: a sua multidestinação. Segundo assinala Verón (1986), o discurso político constrói múltiplos destinatários, exatamente porque apresenta uma dimensão polêmica na qual se produz um inevitável enfrentamento entre os enunciadores, construindo assim, conseqüentemente, um adversário. Desse modo, o discurso político supõe pelo menos dois destinatários simultâneos: um destinatário positivo, chamado pelo autor de “prodestinatario”, e um destinatário negativo, chamado de “contradestinatario”, com os quais os enunciadores entram em relação. Segundo o autor,

El lazo com el primero [o destinatário positivo] reposa en lo que podemos llamar la *creencia presupuesta*. El destinatario positivo es esa posición que corresponde a un receptor que participa de las mismas ideas, que adhiere a los mismos valores y persigue los mismos objetivos que el enunciador: el destinatario positivo es antes que nada el partidario. (...) El destinatario negativo está, por supuesto, excluido del colectivo de identificación: esta exclusión es la definición misma del destinatario negativo. (...) El lazo com éste reposa, por parte del enunciador, en la hipótesis de una *inversión* de la creencia: lo que es verdadero para el enunciador es falso para el contradestinatario e inversamente (...). (Verón, 1986, p.4, grifos do autor).

García Negroni (2016) atesta a necessidade de tornar mais complexa a caracterização do posicionamento enunciativo daqueles cuja crença é inversa ao do enunciador, isto é, os contra-destinatários, a fim de dar conta dos diferentes modos de dizer pelos quais eles são construídos no discurso político. Para tanto, a autora fala em:

1) *contra-destinatários encobertos*, que aparecem sob a forma da terceira pessoa do singular ou do plural. Segundo Soledad Montero (2009), a forma linguística mais frequente deste tipo de contra-destinatário é “aquellos que’, ‘los que’, ‘ese/a/os/as que’, ‘algunos’, ‘ellos’, ‘los de siempre’” (Soledad Montero, 2009, p.334).

2) *contra-destinatários indiretos* que, não designando claramente a um referente e não havendo marcas de terceira pessoa, são evocados mediante marcas polifônicas. Segundo García Negroni (2016), tais marcas são veiculadas “por la negación metadiscursiva (...) o por ciertos mecanismos de incorporación crítica del discurso del otro” (García Negroni, 2016, p.42).

A estes dois tipos de contra-destinatários, García Negroni (2016) afirma que se destinam “actos de advertencia/amenaza o de descalificación, cuestionamiento o refutación” (García Negroni, 2016, p. 41). Ainda sobre este tema, Soledad Montero (2009) acrescenta que as noções de contra-destinatário produzem uma tentativa de apagar o destinatário do próprio discurso político, uma que vez, ao não serem explicitamente designados pelo locutor nem por ele interpelados, adquirem o status de *terceiros discursivos*. Desse modo, ficam excluídos do *coletivo de identificação*, tal como proposto por Verón, e, portanto, fora do circuito comunicativo, isto é, sem possibilidade de resposta.

Pelos movimentos textuais de *reescritura(ção)* (retomada) e *articulação* (contiguidade), as formas linguísticas são predicadas e determinadas nos textos em que se inscrevem. A reescrituração, conforme Guimarães (2007, p. 84), “é o procedimento pelo qual a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito fazendo interpretar uma forma como diferente de si”. A articulação, por sua vez, para Guimarães (2007), são relações de contiguidade local que,

não redizendo, afetam os elementos linguísticos no interior dos enunciados ou na relação entre eles.

Interessa-nos particularmente para esse artigo o conceito de Domínio Semântico de Determinação (DSD), procedimento que representa os sentidos das palavras em virtude da relação de uma palavra com a outra, no texto em que se insere. Importa para nós a concepção de Guimarães (2007) de que é o processo enunciativo que constrói as determinações das expressões linguísticas. As relações entre as palavras são escritas no DSD por meio de alguns sinais específicos, determinados por Guimarães (2007, p.81): “┌ ou ┘ ou ⊥ ou ⊥ (que significam determina); — que significa sinonímia; e um traço como _____, dividindo um domínio, significa antonímia”.

Operamos também e fundamentalmente com o *movimento do político na enunciação*, tal como definido por Guimarães (2002). O semanticista afirma que enunciar é uma prática política, e que o político é “o fundamento das relações sociais, no que tem importância central a linguagem” (Guimarães, 2002, p.16). Nesse sentido, a enunciação, tomada aqui como um acontecimento, é constituída pela própria disputa dos sentidos, o que aponta para o seu caráter político, isto é, não-natural, conflitual, dividido. O acontecimento é, pois, político porque os falantes são agenciados a dizer de diferentes lugares, o que modifica as relações de sentido e as nomeações, levando, inevitavelmente, a confrontos, dissensos e desentendimentos. A designação, tal como a tomamos aqui, apresenta igualmente caráter político, porquanto produz uma partilha do real que identifica os seres, os objetos, o mundo e os significa. A tomada da palavra se dá, portanto, a partir de um litígio permanente, por uma disputa incessante de lugares e de sentidos. Tal embate produz efeito sobre o real, isto é, sobre o sensível, sobre aquilo que pede para ser significado e nomeado, assim reconfigurando-o.

Segundo Guimarães (2002), há um esforço do poder, dos governantes, em apagar as contradições, em negar as versões concorrentes de um acontecimento, a fim de homogeneizar o

político. Tal perspectiva interessa a nós neste artigo na medida em que procuramos analisar as contradições operando nas nomeações e nas designações que vão construindo os sujeitos brasileiros na sua relação com o Estado e, deste modo, produzindo efeitos de homogeneidade e, ao mesmo tempo, dividindo de modo desigual e, no limite, excludente, os sujeitos construídos pelo acontecimento enunciativo. Ao mesmo tempo em que se produz tal exclusão, o dizer da normatividade também realiza gestos de pertencimento, de inclusão dos sujeitos à coletividade, uma vez que é preciso nomear os governados para que eles existam, para que seja possível governar.

Interessa-nos, portanto, compreender como, nas afirmações de exclusão ou de pertencimento, os procedimentos semânticos de nomeação e designação, a partir de diferentes nomes e adjetivos, vão configurando e reconfigurando a construção dos referentes e, assim, de um modo tal, vão produzindo e reproduzindo uma nova partilha do sentido. Para nós, é no próprio acontecimento enunciativo de tomada da palavra do locutor-presidente que se constrói o objeto do dizer como referente, no nosso caso, os sujeitos brasileiros; por conseguinte, é também pelo dizer que se produz o litígio, isto é, a partilha política do sensível - que não cessa de reclamar significação.

3. ANÁLISES

3.1. PRONUNCIAMENTO DE GETÚLIO VARGAS POR OCASIÃO DE SUA POSSE COMO CHEFE DO GOVERNO PROVISÓRIO DA REPÚBLICA: 03 DE NOVEMBRO DE 1930

Trazemos abaixo um trecho do pronunciamento de Getúlio Vargas ao tomar posse do cargo de chefe do governo provisório da República em 3 de novembro de 1930. Este trecho apresenta o movimento dos sentidos de *povo brasileiro* e, desse modo, afeta o modo de compreensão da relação dos sujeitos com o Estado.

(1) O movimento revolucionário, iniciado vitoriosamente a 3 de outubro, no sul, centro e norte do país, e triunfante a 24, nesta capital, foi a afirmação mais positiva, que até hoje tivemos, da **nossa existência, como nacionalidade**. Em toda nossa história política, não ha, sob esse aspecto, acontecimento semelhante. Ele é, efetivamente, a expressão viva e palpitante da vontade do **povo brasileiro**, afinal **senhor de seus destinos e supremo árbitro de suas finalidades coletivas**. No fundo e na forma, a revolução escapou, por isso mesmo, ao exclusivismo de determinadas classes. Nem os **elementos civis** venceram as **classes armadas**, nem estas impuseram àqueles o fato consumado. **Todas as categorias sociais, de alto a baixo, sem diferença de idade e de sexo**, comungaram em um idêntico pensamento fraterno e dominador: a construção de **uma Pátria nova**, igualmente acolhedora para **grandes e pequenos**, aberta à colaboração de todos os seus **filhos**. (...) Por toda parte, como mais tarde na capital da República, **a alma popular** confraternizava com os **representantes das classes armadas**, em uma admirável unidade de sentimentos e aspirações. **Realizamos**, pois, um movimento eminentemente nacional. (...) Quando, nesta cidade, as **forças armadas** e o **povo** depuseram o Governo Federal, o movimento regenerador já estava virtualmente triunfante em todo o país. A **nação, em armas**, acorria de todos os pontos do território nacional. No prazo de duas ou três semanas, as legiões do norte, do centro e do sul bateriam às portas da capital da República. (...) a Revolução foi a marcha incoercível e complexa da nacionalidade, a torrente impetuosa da vontade popular, quebrando todas as resistências, arrastando todos os obstáculos, à procura de um rumo novo, na encruzilhada dos erros do passado. (Vargas, 1930, grifos nossos).

No recorte acima, configura-se uma cena enunciativa na qual o Locutor, que assina o texto como Getúlio Vargas, toma a palavra como locutor-chefe do governo provisório (l-x). Notamos que, no trecho (1), o *movimento revolucionário* de 1930 significa como a própria *expressão viva e palpitante da vontade do povo brasileiro*, formação nominal que o reescreve por definição, uma vez que tal reescritura se apresenta como um modo de dizer o que efetivamente é o movimento revolucionário e, deste modo, por expansão, predica-o. *Revolução* também funciona como uma reescritura por substituição de *movimento revolucionário*, determinando-o como *a marcha incoercível e complexa da nacionalidade e como a torrente impetuosa da vontade popular*, de tal modo que o movimento revolucionário significa, por um efeito de evidência, como a expressão da vontade e da força popular dirigida a objetivos comuns e partilhados por

todos, sem quaisquer divergências, quais sejam, a derrubada do regime e a instauração de uma *Pátria nova*. Esta vontade comum se apresenta no dizer como algo que necessita ser afirmado: ou seja, é preciso afirmar a participação do “povo” junto às forças armadas.

Na sequência enunciativa (1), o locutor-chefe do governo provisório mobiliza um enunciador-individual, na medida em que seu dizer apresenta demasiado léxico de avaliação e de julgamento, o que produz um efeito de enaltecimento e de exaltação do movimento de 1930. Nesse sentido, seu dizer está marcado pela subjetividade do eu que fala, marca enunciativa que nos permite afirmar tratar-se de um enunciador-individual. Ao mesmo tempo, porém, o locutor mobiliza um enunciador-coletivo, que se sobrepõe ao enunciador-individual, uma vez que o julgamento produzido pelo dizer indica também uma posição que se coloca como coletiva. Esta posição coletiva se mostra no dizer pelas marcas linguístico-enunciativas de um nós inclusivo e, por estas marcas, sinaliza a inclusão do povo e das forças armadas como agentes da “revolução”.

O enunciador-individual e o enunciador-coletivo são, portanto, predominantes. No entanto, há também, no recorte (1), enunciados sem modalização, que produzem um efeito de generalidade e de universalidade. Esta cisão do locutor em diferentes enunciadores nos mostra que, ainda que a assinatura do dizer seja individual, há um movimento que ancora este dizer e que o representa como para além do indivíduo, embora também sustentado nele e no seu lugar de locutor. Destacamos, abaixo, a configuração da cena enunciativa e alguns exemplos que explicitam as marcas linguístico-enunciativas apontadas acima:

L - l-chefe do governo provisório

=> Enunciador-individual:

- (...) movimento revolucionário, iniciado *vitoriosamente* (...) e triunfante (...)
- (...) a afirmação *mais positiva* (...)
- Ele é, *efetivamente*, a expressão (...)
- (...) *admirável* unidade de sentimentos (...)
- (...) movimento *eminente* nacional (...)
- (...) movimento regenerador já estava *virtualmente triunfante* em todo o país.

=> Enunciador-coletivo:

- *tivemos*
- *nossa* existência como nacionalidade
- *nossa* história política
- *realizamos*

=> Enunciador-universal:

- *Todas as categorias sociais*, de alto a baixo, sem diferença de idade e de sexo, comungaram em um *idêntico pensamento* fraterno e dominador: a construção de uma Pátria nova (...).

=> Enunciador-genérico:

- O movimento revolucionário (...) foi a afirmação *mais positiva* (...) da *nossa existência como nacionalidade*.

Os sentidos de *movimento revolucionário* colocam, portanto, de algum modo, sentidos para *povo brasileiro* na sua relação com o governo que se instaurava naquele momento: *povo brasileiro* significa, pois, como defensor e aliado do movimento revolucionário, como parte do processo que leva Vargas ao poder. Há, nesse movimento, um gesto de produção de um efeito de pertencimento, de inclusão, que legitima o próprio governo, o que se dá a ver, na materialidade enunciativa, pelo uso do pronome pessoal nós que se apresenta, por um efeito de evidência, como um nós inclusivo, tal como apontamos acima. As marcas linguístico-enunciativas deste nós inclusivo nos indica que o dizer constrói o povo brasileiro como um destinatário positivo, isto é, um pro-destinatário, tal como classifica Verón (1986), com o qual se relacionam os enunciadores predominantes desta cena enunciativa, isto é, o individual e o coletivo. Desse modo, estabelece-se entre tais enunciadores e o destinatário positivo um laço, uma “crença pressuposta”, pela qual o destinatário, isto é, neste caso, o povo brasileiro, significa como aquele que adere aos mesmos valores e busca os mesmos objetivos que os enunciadores, produzindo, por um efeito de evidência dos sentidos, uma completa identificação entre o chefe do governo provisório e seus governados. Mais ainda, a força performativa do nós, no recorte (1), como em “tivemos”, “nossa existência”, “nossa história política”, “realizamos”, por exemplo, alinha o governo (provisório) de Getúlio Vargas e o povo como agentes da revolução, o que produz, no limite, um efeito de homogeneização da própria *vontade do povo brasileiro*. Vontade esta que traz como sentido o reconhecimento do movimento revolucionário como legítimo e o apoio do povo ao novo governo que se instaurava naquele momento da história do Brasil.

Movimento revolucionário rememora um dizer sobre o processo de tomada de poder de maneira específica e positiva – como movimento coletivo “da nacionalidade” e transformador da sociedade. Recebe também por predicação a expressão: *a afirmação mais positiva da nossa existência como nacionalidade*. A formação nominal *nossa existência como nacionalidade* rememora, por sua vez, um dizer sobre a nacionalidade, tomando-a como um adquirido – temos existência enquanto nacionalidade. Entendemos que tal formação nominal - *nossa existência como nacionalidade* - é dita por uma voz genérica, na qual o locutor também está localizado,

simulando um dizer que seria dito por um todos diluído, indefinido, assim trazendo como efeito de sentido a existência de uma nação brasileira já constituída e, além disso, já-sabida por todos. Desse modo, apresenta-se como evidente, no dizer do locutor-chefe do governo provisório, a existência de um Brasil e de uma nacionalidade brasileira, isto é, de um povo que se identifica como nação. No entanto, pelos movimentos textuais de articulação, a expressão *afirmação mais positiva* determina esta nacionalidade de um modo tal que a instabiliza, e mostra que ela precisa ser afirmada. A revolução de 1930 é, deste modo, um gesto fundamental (o mais positivo) na direção desta afirmação e, portanto, na direção da consolidação da República, já que esta aparece por implícito ligada à nacionalidade.

Movimento revolucionário, ao ser determinado pela palavra *nacionalidade*, determina, conseqüentemente, os sentidos de *povo brasileiro*. Por meio do movimento textual de reescrituração, *povo brasileiro* é determinado também por *senhor de seus destinos e supremo árbitro de suas finalidades coletivas*, o que o significa como o responsável e, de algum modo, como o líder nos rumos políticos do país, em particular na tomada do poder por um movimento revolucionário. Por outro lado, as determinações de *povo brasileiro* não o significam como um grupo homogêneo, uma vez que ele é reescrito, por expansão, pela expressão *todas as categorias sociais, de alto a baixo, sem diferença de idade e de sexo*, ou seja, estão incluídas na coletividade do povo brasileiro diversas classes sociais, faixas etárias, bem como homens e mulheres.

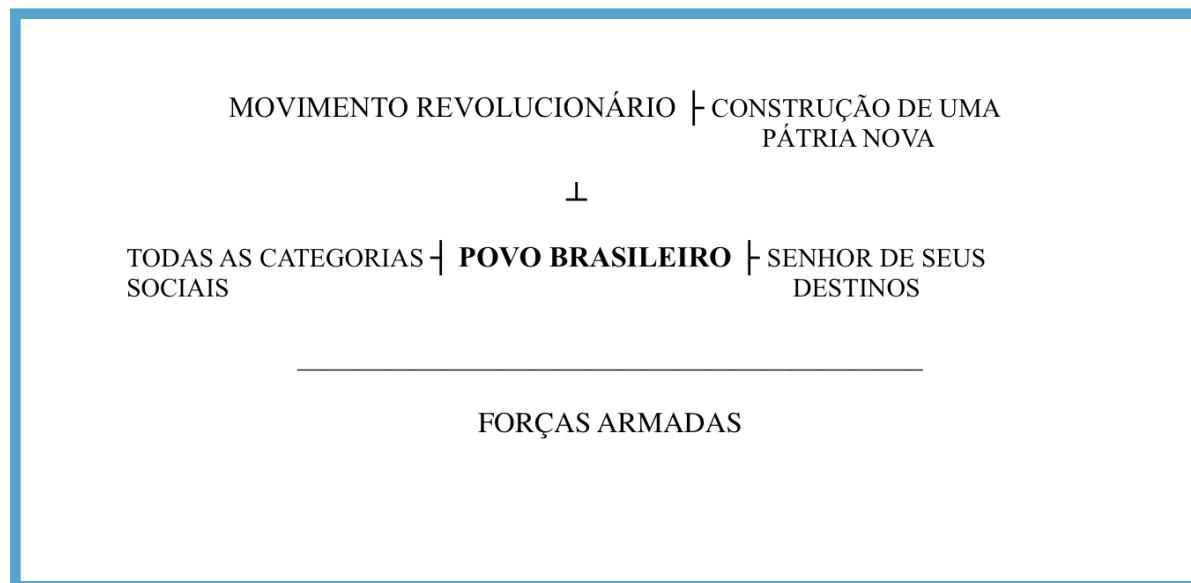
Este contraponto entre as diferenças enumeradas no dizer do locutor e a alegada “vontade comum” reforça, a nosso ver, os sentidos de união e de univocidade que afetam a formação nominal *movimento revolucionário*. Nesse sentido, apesar desta heterogeneidade característica do povo brasileiro não ser silenciada, o dizer do locutor produz, por meio das reescriturações de *povo brasileiro*, sentidos de comunhão, de união, de fraternidade e de forte identidade entre todos os setores da sociedade, o que, no limite, se apresenta como tendo possibilitado o próprio movimento “revolucionário” de 1930: *a alma popular*, todos os *filhos* da Pátria, mesmo em suas diferenças, são acolhidos por ela e, deste modo, estão reunidos para construí-la: ou seja,

BRANDÃO, RENATA; A CONSTRUÇÃO DOS SUJEITOS BRASILEIROS NA ENUNCIÇÃO PRESIDENCIAL DE GETÚLIO VARGAS: UMA ANÁLISE SEMÂNTICA DE SEUS DISCURSOS DE POSSE DE 1930 E 1951

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 6, ANO 2017 PP. 38-65

apoiam o movimento revolucionário e consideram-no, no limite, a única maneira de encontrar um *rumo novo* e regenerador para o país. Deste modo, ao simular falar em nome de todos e para todos, o locutor-chefe do governo homogeneiza a coletividade dos brasileiros para se legitimar e para revestir seu discurso de autoridade, produzindo aquilo que Indursky (2013) chama de *efeito de sentido de unanimidade*.

Vejamos abaixo o DSD de *povo brasileiro*:



(Onde se lê: *construção de uma pátria nova* determina *movimento revolucionário*, que, por sua vez, determina *povo brasileiro*, que é determinado ainda por *todas as categorias sociais e senhor de seus destinos* e que está em relação de antonímia com *forças armadas*).

Vejamos abaixo o recorte (2) do pronunciamento, que agora aponta os sentidos de liderança das Forças Armadas no movimento de 1930:

(2) Compreendestes, senhores da Junta Governativa, a delicadeza da situação e com os vossos valorosos auxiliares desfechastes, patrioticamente, sobre o simulacro daquela autoridade claudicante o golpe de graça. (...) Para não defraudarmos a expectativa alentadora do **povo brasileiro**, para que este continue a nos dar seu apoio

e colaboração, devemos estar à altura da missão que nos foi por ele confiada (...) Senhores da Junta Governativa, assumo, provisoriamente, o governo da República, como **delegado da revolução**, em nome do Exército, da Marinha e do **povo brasileiro**, e agradeço os inesquecíveis serviços que prestastes à nação, com a vossa nobre e corajosa atitude, correspondendo, assim, aos altos destinos da Pátria. (Vargas, 1930, grifos nossos).

No recorte (2) acima, o acontecimento configura uma cena enunciativa na qual o Locutor toma a palavra como locutor-delegado da revolução (l-x), isto é, como o líder que regeu e orientou as forças armadas no processo de tomada de poder, minorando, por conseguinte, a participação das forças populares neste acontecimento político. Ao se utilizar do vocativo *senhores da Junta Governativa* e de marcas linguísticas da segunda pessoa do plural (*compreendestes, vossos* valorosos auxiliares, *desfechastes, prestastes*), o locutor-delegado da revolução projeta seu alocutário (al-x). Ele se dirige, portanto, à Junta Governativa, isto é, aos líderes militares que apoiaram o movimento revolucionário e promoveram o desfecho da derrubada do governo de Washington Luís.

O dizer do locutor apresenta-se por um enunciador-individual, marcado linguística e enunciativamente pela primeira pessoa (*assumo, agradeço*). É por meio desta voz individual que o locutor assume o governo da República como *delegado da revolução*, isto é, como líder do movimento revolucionário de 1930. Ao mesmo tempo, é por meio deste enunciador que o locutor se apresenta como como intérprete dos anseios populares. Desse modo, tal enunciador, por um lado, simula falar em nome de todos e, por outro, agradece os serviços prestados pelos militares, cujo papel foi decisivo e, no limite, principal, no processo de tomada do poder.

Vejamos abaixo a configuração da cena enunciativa:

L - l-delegado da revolução => enunciador-individual: “(...) assumo, provisoriamente, o governo da República, como delegado da revolução, em nome do Exército, da Marinha e do povo brasileiro, e agradeço os inesquecíveis serviços que prestastes à nação (...)”

Constatamos, no recorte (2), uma deriva dos sentidos: o *nós*, em “defraudarmos”, “nos dar”, “nos foi”, é agora exclusivo e, portanto, produz um gesto de exclusão, pois faz referência unicamente ao alinhamento entre a liderança de Vargas e os militares. Estes últimos são determinados como os líderes do desfecho do movimento revolucionário de 1930, Reforça-se aqui, deste modo, a disparidade entre o lugar dos militares e o lugar do povo.

Esse outro alinhamento entre Governo e Forças Armadas, produzido pelo acontecimento enunciativo, encaminha para os sentidos de um *povo brasileiro* que deve confiar ao novo governo e aos representantes das classes armadas a missão de construir uma Pátria Nova, dando a eles seu apoio e colaboração. Há, assim, um deslizamento dos sentidos de *povo brasileiro*, que produz também uma contradição: de *nação em armas*, participante ativo do movimento revolucionário, em sintonia e unidade de sentimentos e de objetivos entre civis e militares, para sujeitos colaborativos e confiantes das decisões do governo e das classes armadas sobre os rumos do país e sobre as formas de governabilidade que se instalariam naquele momento da História do Brasil.

3.2. DISCURSO DE POSSE PRONUNCIADO PERANTE O CONGRESSO NACIONAL: 31 DE JANEIRO DE 1951

Getúlio Vargas, apoiado pelas áreas mais urbanizadas do país, onde se concentravam as grandes massas de trabalhadores, retorna à Presidência pelo voto popular em 31 de janeiro de 1951. Eis seu pronunciamento:

Brasileiros!

(1) Ao deixar o recinto do Congresso Nacional, onde ao lado do ilustre Vice-Presidente da República, Sr. Café Filho, meu companheiro de chapa e de Governo, prestei o compromisso legal de servir ao Brasil, às suas instituições livres e aos seus interesses supremos, o meu primeiro desejo foi dirigir-me ao **Povo** para participar do seu **contentamento** e comungar das **suas esperanças**. Eleito a 3 de outubro como o candidato do Povo, aspiro e espero governar como o **Presidente do Povo**.

(2) Não temia os **riscos**, os **ônus** e as **vicissitudes** de luta política, nem me enfraqueciam o ânimo, as **ameaças** e as **provocações diretas ou veladas**. Mesmo assim não me decidi a disputar o pleito sem antes esgotar todos os recursos de conciliação e harmonia das forças políticas. O insucesso dos meus esforços e o malogro das minhas esperanças não abriram outro horizonte que não fosse o da luta que procuramos manter em termos de isenção e elevação. Os **profetas de calamidades**, como **aves agoureiras**, andaram anunciando a aproximação das horas de cataclismo. Outros, como **falsos pastores**, pretendiam assumir uma espécie de **curatela da opinião popular** porque ainda não estávamos amadurecidos e preparados para os prélios cívicos e os embates ideológicos que fortalecem e vivificam o exercício e a prática da democracia.

(3) Os seus **prognósticos lúgubres** e as suas **previsões funestas** não se confirmaram. A eleição de 3 de outubro desmentiu os seus **presságios** e também os **argumentos engendrados** que apenas escondiam os receios duma competição livre que permitisse ao **povo** exprimir a escolha e a preferência. A ordem não foi perturbada. Os poderes públicos permaneceram nos limites constitucionais e não precisaram extravasar para os recursos das medidas de exceção. A **Nação** não interrompeu o ritmo dos seus trabalhos e atividades. O **Governo Federal**, os **órgãos da magistratura** e as **Forças Armadas** merecem louvores pela sua contribuição para a lisura, a liberdade e a tranqüilidade da propaganda e do pleito. Os **profissionais da desordem**, os **conspiradores impenitentes** e os **inimigos da paz social** não encontraram ambiente propício para a aventura, o terror, a violência ou a demagogia. O **povo brasileiro** ofereceu um exemplo vivo de **maturidade política, cultura cívica e aprimoramento coletivo**. Não reagiu às provocações nem se deixou emaranhar nas **ciladas da traição**. Não se deixou vencer pelo **engodo das promessas** ou pelas **tentações da corrupção**. Não perdeu por um só momento a **calma**, a **confiança**, as **virtudes da fé** e a **convicção serena** de que o voto depositado nas urnas seria contado e respeitado. Não valeriam contra a sua vontade nem prevaleceriam contra a sua decisão os **sofismas**, as **maquinações**, as **intrujices**, as **chicanas** e as **rabulices jurídicas** dos que andaram tentando fraudar e perverter a limpidez e a legitimidade dos mandatos oriundos de uma eleição reconhecida e proclamada como a mais livre e honesta da nossa história republicana.

(4) Ao deixar o Governo, o **apodo**, as **invectivas** e a **calúnia** fizeram de mim o objeto e a vítima do ódio e da injustiça. *Malsinaram* atos, intenções e propósitos e *desfiguraram* a verdade ao sabor das suas prevenções e malignidades. Nunca ditei uma palavra de amargor e sufoquei sempre as penas e as mágoas que me causavam a **fúria** e a **impiedade das suas setas envenenadas**. As mensagens de solidariedade, as

palavras de conforto, as numerosas provas de gratidão e bondade, partidas da **gente anônima e obscura** e que chegaram diariamente ao meu retiro, tiveram o efeito dum bálsamo consolador e ao mesmo tempo reavivaram a crença nas **virtudes do povo brasileiro** e no dever que me competia de continuar pugnando pelos seus direitos e pelas suas causas.

(...)

(5) **Brasileiros!** A jornada eleitoral foi encerrada e podeis estar orgulhosos da página de glória com que enriquecesteis os anais da nossa vida política. Precisamos agora amortecer as paixões, esquecer os dissabores, aplacar os espíritos e apagar as cicatrizes da batalha. Temos diante de nós uma imensa tarefa de recuperação e consolidação a realizar e para ela, sem exclusões partidárias, convoco a **boa vontade, a inteligência e o patriotismo dos brasileiros**. Estou certo de **vossa ajuda** e conto com a vossa cooperação porque assim estaremos servindo não ao efêmero dum Governo, mas à perenidade, à perpetuidade e à grandeza da **Nação brasileira** (Vargas, 1951, grifos nossos).

No discurso de posse pronunciado por Getúlio Vargas em 1951, o Locutor se afirma como *Presidente do Povo*, buscando, deste modo, legitimar o seu dizer, uma vez que se apresenta como aquele que só pôde tomar a palavra porque foi escolhido e eleito pelo povo. Destarte, entendemos que o Locutor assume, portanto, o lugar social de presidente (l-presidente), e que, ao assumir tal lugar, instaura, como seu alocutário direto, os brasileiros, seus eleitores (al-x). Ao fazer uso do vocativo “Brasileiros!” duas vezes, o locutor interpela os sujeitos pela nacionalidade, designando um a um como parte do todo.

O dizer do Locutor instaura um enunciador-individual que se expressa, ao longo de todo o texto, por meio de marcas linguísticas da primeira pessoa do singular. Por esta voz individual, o Locutor se significa como um servo do Brasil, como o *Presidente do Povo* (trecho (1)) e, portanto, obediente e dedicado a este povo, bem como devotado *aos interesses, às aspirações e ao serviço da comunidade nacional* (trecho (4)).

Cabe destacar aqui também que a própria candidatura de Vargas se apresenta, na materialidade enunciativa, como vinda dos apelos do povo. Nesse sentido, entendemos que o enunciador-individual entra em relação com um pro-destinatário (D1) que, neste caso, é o povo brasileiro, construído pelo dizer como aquele que adere aos valores do presidente e persegue os mesmos objetivos que ele: nas palavras de Verón (1986), o pro-destinatário é, portanto, partidário ao enunciador-individual, isto é, à voz que representa o dizer do locutor-presidente. Deste modo, constrói-se enunciativamente, por um efeito de evidência, que o povo brasileiro constitui-se por aqueles que desejaram Getúlio Vargas de volta ao poder e, por isso, o elegeram para o cargo da presidência do Brasil.

Ao mesmo tempo, a materialidade enunciativa dá a ver a sua multidestinação, projetada pela configuração da cena enunciativa: o enunciador-individual, representando o dizer do locutor-presidente, entra também em relação com um contra-destinatário (D2), cuja crença é inversa a do enunciador, não havendo, deste modo, identificação entre eles. O contra-destinatário a quem o enunciador destina o seu dizer é a própria oposição ao presidente Vargas, a sua candidatura e as suas propostas de governo.

Este contra-destinatário se expressa no dizer de modo indireto, tal como caracteriza García Negroni (2016): ele não é designado nem explícita nem oficialmente pelo locutor; ao contrário, seus indícios são a alusão, o questionamento ou a negação de discursos alheios. Nesse sentido, a voz do outro, isto é, da oposição, irrompe e atravessa o dizer do locutor-presidente, tal como em:

i) “Os profetas de calamidades, como aves agoureiras, *andaram anunciando* a aproximação das horas de cataclismo” (trecho (2));

ii) “Os seus *prognósticos lúgubres* e as suas *previsões funestas não se confirmaram*. A eleição de 3 de outubro *desmentiu* os seus *presságios* e também os *argumentos engendrados*” (trecho (3));

iii) “(...) o apodo, as invectivas e a calúnia fizeram de mim o objeto e a vítima do ódio e da injustiça. *Malsinaram* atos, intenções e propósitos e *desfiguraram a verdade* ao sabor das suas prevenções e malignidades” (trecho (4)).

Ao aludir, questionar ou negar as palavras do outro, o enunciador dirige ao contra-destinatário atos de desqualificação. Nesse sentido, o trabalho da adjetivação no texto, ao designar a oposição ao Governo Vargas de modo a desqualificá-la, vai produzindo um litígio enunciativo, uma partição, uma fronteira entre o destinatário positivo, o povo brasileiro, que elegeu e, portanto, apoia o atual governo, e o destinatário negativo, a oposição ao governo de Vargas. Desse modo, esses dois destinatários simultâneos são apresentados, pelo dizer, como constitutivamente opostos. Este litígio se dá a ver no e pelo trabalho mesmo dos adjetivos, tal como em: “*aves agoureiras*”, “*falsos pastores*”, “*prognósticos lúgubres*”, “*previsões funestas*”, “*argumentos engendrados*”, “*conspiradores impenitentes*”, “*impiedade das suas setas envenenadas*”.

Vejamos abaixo a esquematização da cena enunciativa:

L - l-x (l-presidente) projeta: al-x (al-brasileiros)

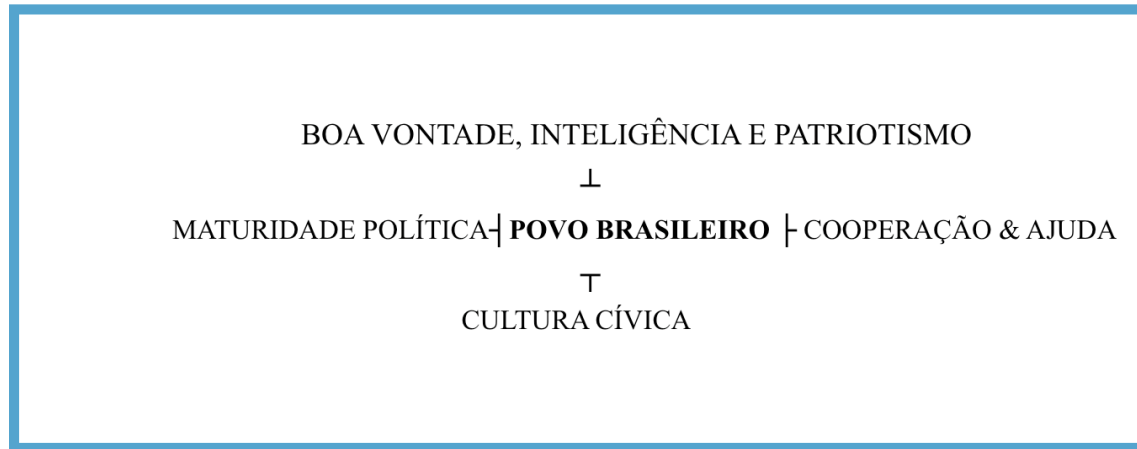
L - l-presidente => Enunciador-individual: “(...) *prestei o compromisso legal de servir ao Brasil, às suas instituições livres e aos seus interesses supremos, o meu primeiro desejo foi dirigir-me ao Povo para participar do seu contentamento e comungar das suas esperanças. Eleito a 3 de outubro como o candidato do Povo, aspiro e espero governar como o Presidente do Povo.*”

Enunciador-individual - Destinatário₁: povo brasileiro
Destinatário₂: oposição ao Governo Vargas

Observando os movimentos textuais de reescritura e articulação ao longo desta materialidade enunciativa, a forma linguística *povo brasileiro*, enquanto designação, é determinada, neste acontecimento enunciativo, pelas formações nominais *maturidade política*, *cultura cívica* e *aprimoramento coletivo* (trecho (3)), o que produz, como efeito de sentido, um gesto de exaltação aos sujeitos brasileiros, enquanto atores políticos, por um lado, em razão de seu exercício cívico: eles exprimiram sua escolha e acreditaram que o resultado das urnas seria respeitado, agindo, deste modo, com *calma* e *confiança*, e demonstrando as *virtudes da fé* e a *convicção serena* no voto depositado nas urnas - expressões que, portanto, igualmente designam *povo brasileiro*.

Por outro lado, mais especificamente, os brasileiros são exaltados porque elegeram Getúlio Vargas para o cargo de presidente. O locutor-presidente, por sua vez, convoca certos atributos do povo brasileiro, isto é, *a boa vontade*, *a inteligência* e *o patriotismo* (trecho (5)) para ajudar e cooperar em seu Governo, em prol não apenas de seu mandato, efêmero posto que é finito, mas também da *grandeza da Nação brasileira*. Deste modo, apresenta-se no dizer que, para que seja possível a Vargas governar e exercer seu mandato, deve o povo fazer uso de tais atributos. É convocada aqui a cooperação dos sujeitos brasileiros para com o Estado. No entanto, tal cooperação se configura, de algum modo, pela concordância do povo com as medidas e decisões tomadas pelo Governo Vargas, pelo esquecimento das discordâncias, pelo amortecimento das paixões e, no limite, pelo apagamento mesmo das divergências.

Vejam os abaixo o DSD (1) de *povo brasileiro*:

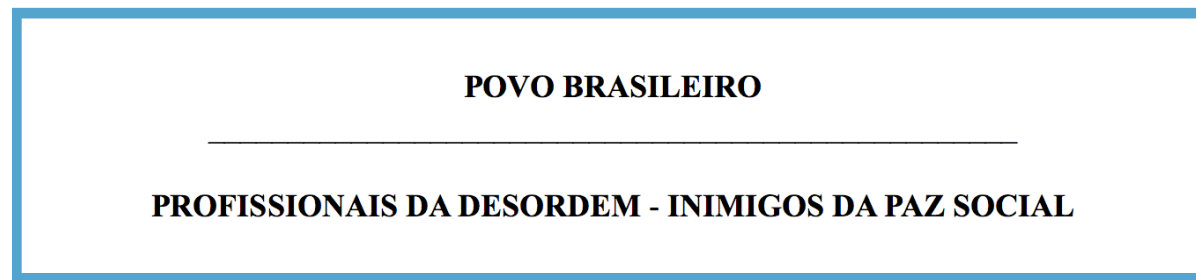


(Onde se lê: *maturidade política* determina *povo brasileiro*, que é determinado por *cultura cívica*, por *cooperação & ajuda*, e também por *boa vontade, inteligência e patriotismo*).

Apresenta-se no dizer ainda que o povo brasileiro constitui-se apenas pela parcela daqueles que não se deixaram influenciar pelos *profissionais da desordem*, pelos *conspiradores impenitentes* e pelos *inimigos da paz social*, nem caíram no *engodo das promessas* nem nas *tentações da corrupção*. Vemos aqui, por conseguinte, delinear-se enunciativamente, tanto pela configuração da cena, que instaura dois destinatários cuja relação entre eles é de oposição, quanto pelas designações, divisões entre aquilo que designa e configura *povo brasileiro*, exaltado no dizer pelo seu exercício cívico, e o que se constrói como os contrários ao governo: os desordeiros, os conspiradores, os sem-lugar.

Vejamos o DSD (2) abaixo, que ilustra nossas análises:

(Onde se lê: *profissionais da desordem* está em relação de sinonímia com *inimigos da paz social* que, por sua vez, estão ambos em relação de antonímia com *povo brasileiro*).



Constatamos também que a apresentação dos contra-destinatários no dizer se dá de maneira vaga, isto é, a oposição à Vargas não é especificada na materialidade enunciativa. Ao contrário, está diluída na própria indeterminação das expressões linguísticas: *profetas de calamidades, aves agoureiras, falsos pastores, conspiradores impenitentes, sofismas, maquinações, ciladas da traição* (trechos (2) e (3)). Desse modo, os opositores ao governo significam, no limite, como tipos, entidades, alegorias: o mau-agouro, o pessimismo, a desordem, a enganação, o engodo.

Esta indefinição dos agentes inimigos do Governo produz uma tentativa de silenciamento de tal parcela, pois não nomeá-la explicitamente produz como efeito um gesto de apagamento; além de caracterizá-la como um segmento pouco expressivo, minoritário, mas, no limite, também perigoso, pois sub-reptício. Desse modo, o locutor estabelece uma diretividade para seu dizer na qual a oposição e as dissidências políticas se apresentam como algo que deve ser obliterado, ao mesmo tempo em que as paixões, incontrolláveis e causadoras da desordem, devem ser aplacadas, para que, deste modo, os brasileiros - sem pessimismo, sem paixões, sem emoções exacerbadas - possam ajudar e cooperar com o País, de maneira pacífica, sem conflitos, sem divergências.

A oposição ao Governo Vargas, construída pelo dizer como o contra-destinatário do enunciador-individual, ao não ser diretamente interpelada nem explicitamente designada pelo locutor-presidente, adquire o status de terceiro discursivo; ou seja, em outras palavras, está excluída do coletivo de identificação estabelecido entre o enunciador e o pro-destinatário, tal como afirma Verón (1986). Está, portanto, excluída igualmente da própria designação de povo brasileiro. Vemos aí, deste modo, o movimento do político na enunciação, produzindo o litígio, que se faz ver tanto pelo trabalho enunciativo da cena, quanto pelo trabalho da designação, tal como procuramos mostrar.

É decisivo mencionar aqui que, ao longo do discurso de posse de Vargas de 1951, produz-se um gesto de pertencimento do povo ao próprio processo de decisão política. No entanto, a participação dos sujeitos brasileiros se limita, neste momento, à formalidade das urnas. Esta participação formal dos sujeitos brasileiros, isto é, por meio das urnas, significa, todavia, como só tendo sido bem sucedida devido à contribuição do *Governo Federal*, dos *órgãos da magistratura* e das *Forças Armadas* (trecho (3)), que contribuíram para manter a *lisura* e a *tranquilidade* da disputa eleitoral. Isso nos indica que o lugar do povo brasileiro configura-se a partir do alinhamento entre Governo e Forças Armadas - o que nos indica ainda que este lugar do povo brasileiro se apresenta como um lugar que precisa ser constantemente assegurado pela autoridade, mantido em vigilância e, portanto, limitado pela ordem, pela segurança, pelo ritmo do trabalho. O que está fora ou para além disto significa como abuso, desordem, conspiração e conflito, ocupando, portanto, o lugar da oposição: excluído do coletivo de identificação e, por conseguinte, da própria parcela do povo brasileiro.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destacamos aqui, à guisa de conclusão, a importância do gesto político de referir aos governados. Ele é fundamental para o estabelecimento de um governo - isto é, dizer quem sou *eu*, quem são os *outros*, e quem *eu* governo. Nesse sentido, as palavras que nomeiam e designam

os sujeitos brasileiros não são neutras e, portanto, fazem parte da composição de um projeto político para o país e dos modos de funcionamento do regime que se constituem. Vimos, ao longo do *corpus* selecionado para este trabalho, o movimento do político na enunciação, na medida em que há um litígio, no processo de construção dos sentidos para os sujeitos brasileiros, entre aqueles que fazem parte do povo, isto é, os que apoiam o governo, concordam com suas medidas e obedecem seus comandos, e entre os dissidentes, isto é, aqueles que se opõem ao presidente Getúlio Vargas.

A partir das análises que realizamos neste artigo, procuramos lançar luz para o fato de que a construção do objeto discursivo, no nosso caso, dos sujeitos brasileiros, atinge a própria construção das figuras enunciativas a quem se destina a enunciação: a mudança de para quem se diz produz, como efeito, a reconfiguração mesma do referente e, conseqüentemente, uma (re) partilha dos sentidos. Entendemos ainda que esse movimento se dá a ver exatamente no cruzamento e na articulação entre o domínio semântico de determinação (DSD) e a cena enunciativa, isto é, entre as designações das expressões linguísticas que vão construindo o objeto de dizer e os modos de acesso à palavra pelos lugares enunciativos no acontecimento; ou, em outras palavras, entre as formas linguísticas e as figuras da enunciação.

REFERÊNCIAS

Biblioteca da Presidência da República: banco de dados. (2014). Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas>>. Acesso em 13 mai.

Dias, L.F. (2016). Nomes de cidade de Mato Grosso: uma abordagem enunciativa. In: Karim, T. M. et al. (Orgs.) *Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras: um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso (Fase 1)*. Campinas: Pontes, pp.33-49.

García Negroni, M.M. (2016). Discurso político, contradestinación indirecta y puntos de vista evidenciales: la multidestinación en el discurso político revisitada. *Revista ALED*: 16 (1), 37-59.

Guimarães, E. (2002). *Semântica do acontecimento*. Campinas: Pontes.

Guimarães, E. (2007). Domínio Semântico de determinação. In: Guimarães, E.; Mollica, M. C. (Orgs.). *A palavra: forma e sentido*. Campinas: Pontes, pp.77-96.

Indursky, F. (2013). *A fala dos quartéis e as outras vozes*. (2a ed.). Campinas: Ed. UNICAMP.

Soledad Montero, A. (2009). Puesta en escena, destinación y contradestinación en el discurso kirchnerista (Argentina, 2003-2007). *Discurso & Sociedad*: 3 (2), 316-347.

Verón, E. (1986). La palabra adversativa: observaciones sobre la enunciación política. In: Verón, E. (Ed.). *El discurso político: lenguajes y acontecimientos*. Buenos Aires: Hachette, pp.1-12.

Zandwais, A. (2012). Ler o acontecimento. In: Santos, S.S.B dos (Org.). *Teorias e práticas de leitura: olhares e percepções*. São Paulo: Terracota, pp.49-67.

